

APRECIACÃO DAS CONTAS DO GOVERNO DE 2012

Senhor Presidente,
Senhor Relator,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Nesta data, o Tribunal de Contas da União reúne-se neste Plenário para exercer a sua nobre competência constitucional de examinar e emitir Parecer Prévio sobre as Contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

Início esta manifestação apresentando os meus cumprimentos ao eminente Ministro José Jorge, relator do feito, pela qualidade do Relatório e do Parecer Prévio que trouxe a este Colegiado. A abrangência e a objetividade com que Sua Excelência abordou os diversos temas tratados nas Contas do Governo permitiram vislumbrar os principais resultados obtidos pela União no exercício de 2012.

Registro, portanto, desde logo, o meu apoio às conclusões e à proposta de encaminhamento constante do Parecer oferecido pelo Relator.

Considerando a percuciência do trabalho apresentado pelo Ministro José Jorge, vejo como dispensáveis comentários adicionais a respeito da análise empreendida nos elementos que compõem as referidas contas.

Entretanto, os registros consignados por Sua Excelência, os quais revelam um panorama preocupante da economia brasileira, com baixo crescimento, inflação em alta, endividamento em expansão, taxas de investimento e de poupança em queda, consumo em alta, carga tributária elevada, entre outros, entendo indispensável fazer algumas reflexões a respeito do assunto.

Como bem ressaltou o Relator, os resultados pouco expressivos do Produto Interno Bruto nos dois últimos exercícios, consideravelmente diversos das projeções que fundamentaram a elaboração do PPA 2012-2015, sinalizam para a existência de limitações estruturais que podem comprometer o desenvolvimento sustentável do nosso País.

O Relatório apresentado evidencia que o crescimento experimentado pelo Brasil em 2012, de 0,9%, foi o menor entre os Países integrantes do Grupo dos BRICS. Já no âmbito da América Latina, somente o Paraguai teve desempenho inferior ao registrado no nosso País, correspondente a um decréscimo de 1,2%.

No que diz respeito ao controle da inflação e a fixação da taxa de juros, observa-se que estes instrumentos, na concepção da autoridade monetária do Brasil, estão intimamente ligados e são considerados, também, de grande importância para definir o ritmo de crescimento do País.

Porém, não obstante essa relevância, observa que hoje há uma grande incerteza quanto ao rumo de tais políticas, não apenas por parte da população e do mercado, mas, igualmente, da própria autoridade monetária.

Conforme revela reportagem do Jornal Valor Econômico, edição de 28/5/2012, o Comitê de Política Monetária – Copom está dividido quanto ao ritmo que irá imprimir no ciclo de aperto monetário iniciado em abril próximo passado. Parte de seus componentes está preocupada com a inflação elevada, disseminada e resistente e, com isso, defende a intensificação da alta dos juros básicos, enquanto outros consideram que o ambiente de incerteza internacional poderá ajudar a dar algum alívio na alta de preços.

De qualquer sorte, entendo que o Banco Central do Brasil não pode, em momento algum, descuidar do controle da inflação, a qual já se encontra em níveis elevados, com influência na economia brasileira como um todo, conforme apontado no Relatório. A inflação baixa é uma conquista dos brasileiros e deve ser considerada, por todos, como um patrimônio do nosso povo, a ser obrigatoriamente preservado.

Não se pode ignorar, também, as constantes reclamações que existem quanto à valorização da moeda brasileira em relação a outras moedas estrangeiras, incluindo o dólar norte americano, o que tem reflexo direto nas exportações e importações realizadas pelo Brasil.

Esse cenário econômico apresentado, associado a problemas relacionados com a infraestrutura deficiente, mão de obra desqualificada, falta de inovações tecnológicas, custo de produção elevado e intervenção do governo na economia, sinalizam para uma situação de incertezas quanto às condições que serão encontradas pelos interessados em investir os seus recursos no Brasil.

Outro aspecto que, a meu ver, contribui para os problemas enfrentados pelo Brasil diz respeito à política externa adotada, a qual está embasada não propriamente em relações bilaterais ou multilaterais, com foco no desenvolvimento econômico e social do País, mas tratada em termos circunstanciais com alguns Países deste continente, da África e do Oriente Médio.

Essa situação, por certo, resulta em perda de prestígio do nosso País no exterior e afugenta parceiros comerciais e investidores estrangeiros, os quais procuraram outros lugares mais apropriados e seguros para aportarem os seus investimentos. Por conseguinte, o Brasil perde competitividade no cenário internacional.

É sintoma dessa ocorrência a recente idealização da Aliança do Pacífico, composta pelo México, pelo Peru, pela Colômbia e pelo Chile. Para muitos analistas, essa aliança é vista como uma ameaça ao Mercosul, por sua capacidade de criar uma zona de livre comércio entre tais Países, correspondente a 33% do comércio da região. Ademais, é explicado que essa aliança já assusta os empresários brasileiros, porquanto eles veem na iniciativa aspectos que faltam na política comercial brasileira. Enquanto o Mercosul adota agenda de negociação limitada, os Países andinos e o México buscam seu lugar nas cadeias globais de produção.

Portanto, Senhor Presidente, Senhor Relator, Senhores Ministros, Senhor Procurador-Geral e demais autoridades presentes, nessas circunstâncias não é de se estranhar a constatação apontada no Relatório quanto às deficiências evidenciadas no desenvolvimento regional brasileiro, as quais estão a comprometer o verdadeiro progresso do nosso País.

Consoante demonstrou o eminente Relator, as desigualdades regionais apontadas estão presentes não apenas nos aspectos econômicos mas também em diversas outras áreas, como a saúde, a educação, o saneamento, a ciência, a tecnologia e a inovação.

De acordo com o consignado no Relatório, foi evidenciado que a incipiente capacidade de integração intersetorial se reflete nos processos de planejamento governamental, levando à concepção de planos e programas desarticulados entre si, inclusive no âmbito do próprio PPA. Essa fragmentação reduz a eficiência das políticas públicas em curso, e o mais grave, limita severamente o alcance dos resultados pretendidos.

Com isso, há necessidade de aprimoramento da ação governamental e, por conseguinte, de qualificar e intensificar a busca do propósito de promover a inclusão de pessoas, grupos sociais e regiões, e criar condições para que o País alcance um crescimento econômico equitativo e sustentável.

Portanto, as soluções para as dificuldades estruturais enfrentadas pela nossa economia passam, necessariamente, entre outros aspectos, pela diminuição das desigualdades regionais quase eternas. Não se deve desprezar as experiências que nos legaram os EUA, a Alemanha e, por último, a União Europeia.

Com essas considerações, renovo meus cumprimentos ao eminente Ministro José Jorge, manifestando-me de acordo com a proposta apresentada por Sua Excelência.

Estendo meus cumprimentos às Unidades Técnicas do Tribunal que participaram deste trabalho, em especial à Secretaria de Macroavaliação Governamental.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2013.

AROLDO CEDRAZ
Ministro